

## **Imprensa e o silêncio dos excluídos: O caso Guaiviry em Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>**

Jorge Kanehide Ijuim<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Tatiane Karina Barbosa de Queiroz<sup>3</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

### **Resumo:**

A luta por territórios entre indígenas e ruralistas é tema recorrente em Mato Grosso do Sul. O estado abriga a segunda maior população indígena do país - cerca de 60 mil. A Imprensa tem tratado o assunto de forma preconceituosa e enviesada. O silenciamento ao índio ocorre com a negação de sua voz como também na escolha de pautas e de foco, predominantemente negativo. Neste trabalho abordamos a cobertura do Caso Guaiviry, que resultou na morte do cacique Nísio Gomes, após ataque de pistoleiros a um acampamento indígena no sul do estado. Ao adotar os recursos da Análise crítica da narrativa (Motta, 2013), observamos uma amostra de reportagens publicadas sobre o assunto, através do que constatamos as formas de silenciamento – da Imprensa e aos índios. Por fim, procuramos compreender os porquês de tal comportamento e, para tanto, recorremos ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos.

### **Palavras-chave:**

Jornalismo e Sociedade; Silenciamento da imprensa; Sociologia das ausências; Indígenas; Mato Grosso do Sul.

### **1. Silenciamento pela morte**

Mato Grosso do Sul, no centro-oeste brasileiro, concentra a segunda maior população indígena do país, cerca de 60 mil, segundo dados do IBGE (2010). Conhecido como região da nova fronteira agrícola, destaca-se pelo agronegócio que, segundo a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), em 2015 o PIB da agropecuária do estado deve atingir R\$ 14,9 bilhões. Por estas informações iniciais, pode-se, desde já, perceber algumas razões para o estado também ser conhecido como o cenário para intensas e frequentes disputas territoriais. De um lado, indígenas afirmam que foram expulsos de suas terras tradicionais e defendem a sua retomada; de outro, produtores rurais alegam que suas propriedades foram adquiridas dentro dos preceitos de legalidade, com a chancela do próprio Estado. Os confrontos não são pacíficos – alguns terminam em mortes.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista; doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela ECA/USP; professor do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC. E-mail: ijuim@cce.ufsc.br .

<sup>3</sup> Jornalista; mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: jornalstatatianequeiroz@hotmail.com .

A história desses conflitos, evidentemente, não é recente. Ela remonta a própria chegada das primeiras caravelas portuguesas, no Século XVI. A publicação *Brasil: 500 anos de povoamento*, editada pelo IBGE em 2000, estima que a população indígena naquele momento era de 2,4 milhões. Já o censo de 2010 dá conta que este número estava em torno de 890 mil pessoas – 324.834 nas cidades; 572.083 em áreas rurais; ou 0,47% da população total do país. O processo de colonização e as conquistas de territórios, portanto, é um dos motivos dessa redução expressiva da população nativa.

O avanço para o Centro-Oeste teve início no Século XIX com a implantação de projetos de ocupação do território pós-guerra da Tríplice Aliança, mais conhecida como Guerra do Paraguai. Uma extensa faixa ao sul originalmente pertenceu àquele país e foi conquistada na *Guerra Grande*, como ficou conhecido o conflito entre os paraguaios. Conforme estudos de Antonio Brand (1993, 1997), as terras devolutas foram cedidas a grandes empreendimentos, como a Companhia Matte Laranjeira, que as utilizaram para a exploração econômica, especialmente a coleta de erva-mate e madeira. Apesar de não afetar significativamente as comunidades indígenas, promoveu abusos da mão de obra do índio. Este maior contato trouxe o aumento de velhas e novas doenças, que causaram grande impacto na população (sarampo, varíola, tuberculose, entre outras).

A partir dos anos 1940, com o enfraquecimento desses empreendimentos e a consequente perda da concessão de terras, as políticas federais desenvolvimentistas levaram à região os projetos agropecuários, os maiores responsáveis pela ocupação e exploração de áreas de reservas. Daí o início dos maiores conflitos de terras entre proprietários rurais e indígenas. O episódio deu início a um processo de “confinamento” provocado, por um lado pelos projetos agropecuários que acarretaram na formação de cidades e a consequente superpopulação de colonizadores e, por outro, a pequena parcela de território reservada aos indígenas. Imaginava-se, na época, que estes iriam desaparecer – morrer ou tornarem-se caboclos – e, para isso, acreditavam que apenas 3 mil hectares seriam suficientes. Esse fato comprimiu as comunidades indígenas em pequenas reservas – espaços insuficientes para manterem seus modos de vida (BRAND, 1997).

Outra onda desenvolvimentista ocorreu nos anos 1970, durante a Ditadura Militar. A “descoberta da Fronteira Agrícola” motivou grandes investimentos na região e o consequente deslocamento de grandes populações de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a exploração do campo.

Hoje, Mato Grosso do Sul dispõe de uma população de 2,5 milhões de habitantes num território de 357 mil km<sup>2</sup>. Seu rebanho bovino alcança 26 milhões de cabeças e a área plantada apenas com a soja ultrapassa 2,3 milhões hectares. Em tais circunstâncias, em pleno Século XXI, o cenário tem sido propício para a intensificação dos conflitos pela terra.

Vale lembrar que a Constituição Federal de 1988 assegurou aos indígenas o direito de reaver seus territórios tradicionais. O documento estabeleceu um prazo de cinco anos para a regularização fundiária, mas as “batalhas judiciais”, no entanto, duram até hoje. De um lado, indígenas lutam pela retomada das áreas; de outro, fazendeiros defendem a posse legítima das propriedades. Violência, morte e crimes são os resultados desses confrontos gerados por essas disputas por terras em Mato Grosso do Sul.

### **Guaiviry**

O dito popular de “cortar a cabeça da serpente” tem sido uma prática recorrente no país. Em Mato Grosso do Sul, os embates entre ruralistas e os povos indígenas registram casos emblemáticos.

Um dos episódios de violência que tiveram grande repercussão nacional e internacional foi o assassinato de Marçal de Sousa, também chamado como “Tupã-i”, que significa na língua dos Guarani e Kaiowá “Pequeno Deus”. O líder dedicou grande parte de sua vida à luta em prol de seu povo. Por denunciar a exploração, a violência e as péssimas condições de vida dos indígenas nas reservas do estado, ele foi perseguido por fazendeiros. Em 25 de novembro de 1983, foi assassinado com cinco tiros na aldeia Pirakua, no município de Antônio João. A posse da área onde estava instalada a comunidade indígena era contestada pelo fazendeiro Astúrio Monteiro de Lima e seu filho Líbero Monteiro, que considerava a região parte de sua propriedade. Após dez anos da morte de Tupã-i, o ruralista acusado pelo assassinato foi julgado e absolvido pela Justiça.

Outro caso expressivo foi o assassinato do cacique Marcos Verón, em 2003, que repercutiu em jornais regionais e nacionais. O crime ocorreu durante um ataque ao acampamento em que estava, na cidade de Juti, a aproximadamente 300 km da capital Campo Grande. Na madrugada do dia 13 de janeiro, o cacique foi agredido e morto. O crime foi investigado e o julgamento do caso foi desaforado do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul para São Paulo, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), por dúvida quanto à isenção dos

jurados locais. Em 2011, os três seguranças da fazenda Brasília do Sul, acusados pelo crime, foram condenados pela morte do cacique e pela tortura de outros sete indígenas, entre eles, os filhos de Verón.

O episódio mais recente ficou conhecido como o “Caso Gaiviry”, em 18 de novembro de 2011 e resultou na morte do cacique Nísio Gomes, de 55 anos. Na época, as primeiras informações sobre o ataque foram divulgadas pelo Conselho Missionário Indígena (Cimi). Este é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua junto aos povos indígenas. A nota publicada no portal do órgão na internet denunciava:

A comunidade foi atacada por pistoleiros fortemente armados. Segundo informações apuradas junto a indígenas que sobreviveram ao ataque, os pistoleiros executaram o cacique Nísio Gomes e levaram seu corpo. Os relatos ainda dão conta de indígenas feridos por balas de borracha e de três jovens baleados: dois estão desaparecidos e outro se encontra hospitalizado. (Cimi, 18/11/2011)<sup>4</sup>

O motivo do ataque desses pistoleiros foi a ocupação de parte de uma fazenda por um grupo de índios das etnias Guarani e Kaiowá. A repercussão da morte de Nísio Gomes gerou diversas pautas que abasteceram a imprensa durante semanas e trouxe à tona, novamente, a discussão sobre os conflitos agrários e a situação de miséria em que vivem milhares de famílias indígenas no estado.

O presente trabalho parte da observação do modo com que a imprensa contou, interpretou e transmitiu a história do Caso Guaiviry e, assim, construiu uma narrativa. Para tanto, analisamos uma amostra de matérias da cobertura jornalística realizada por três portais de notícias que mais repercutiram o assunto: Campo Grande News, G1 MS e Folha Online. Nesta etapa, recorreremos aos recursos da Análise Crítica da Narrativa proposta por Luiz Gonzaga Motta (2013). Como uma adaptação da Narratologia aos estudos do Jornalismo, esta metodologia supõe procedimentos como a recomposição do acontecimento, a identificação de conflitos, a construção discursiva de personagens, as estratégias comunicativas e a metanarrativa. Ao final, vamos trazer à discussão os porquês do comportamento da Imprensa nesta cobertura.

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=5957>.

## 2. Silenciamento pela geração de ausências

A imprensa foi informada sobre o ataque por meio de uma nota publicada na página da internet do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e enviada para os meios de comunicação. Dessa forma, as primeiras notícias sobre o caso foram veiculadas basicamente com informações do Cimi, confirmadas posteriormente pela Polícia Federal, ou seja, fontes oficiais. Somente alguns dias após o crime, equipes de reportagem de jornais impressos, emissoras de televisão e rádio e ciberjornais tiveram acesso ao acampamento e, com a presença de lideranças indígenas, puderam conhecer o cenário em que ocorreu o fato e entrevistar os “personagens” que, de fato, presenciaram o ataque. Destacamos que a cobertura do Caso Guaiviry foi permeada por acontecimentos que despertaram o interesse da imprensa e, ao mesmo tempo, foi marcada por depoimentos controversos, conflitos entre fontes e acontecimentos inéditos que envolveram, inclusive, autoridades do Governo Federal como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério da Justiça. Os textos analisados foram:

MPF investiga atentado contra acampamento indígena em Amambai  
18 de novembro de 2011, Campo Grande News

Após ataque, medo se mistura à persistência de índios em ficar na terra  
24 de novembro de 2011, Campo Grande News

Dois meses após ataque, suspeita é que Nísio está vivo e no Paraguai  
18 de janeiro de 2012, Campo Grande News

Polícia investiga ataque contra índios em acampamento no sul de MS  
18 de novembro de 2011, G1 MS

Relatório não confirma morte de cacique em ataque, diz Polícia Federal  
21 de dezembro de 2011, G1 MS

MPF denuncia 19 pessoas por morte de cacique em acampamento em MS  
26 de novembro de 2012, G1 MS

Líder indígena é assassinado por pistoleiros encapuzados em MS  
18 de novembro de 2011, portal Folha de São Paulo

PF diz que índios foram atacados com balas de borracha  
22 de novembro de 2011, portal Folha de São Paulo

PF considera homicídio desaparecimento de índio em MS  
4 de julho de 2012, portal Folha de São Paulo

*(todas as reportagens estão referenciadas ao final do texto)*

Nos esforços para compreender a narrativa construída por tais reportagens, pode-se observar que na identificação de conflitos e na recomposição do acontecimento, os ciberjornais recorreram exclusivamente às fontes oficiais. Quem fala? Cimi, Polícia

Federal, Ministério Público Federal, Funai. Em qualquer das matérias não é ouvido algum índio, seja uma das testemunhas ou alguma liderança ainda que estivessem disponíveis.

Esta estratégia comunicativa de reconstruir os fatos exclusivamente a partir de fontes oficiais tem sido uma prática recorrente da imprensa. Se aceitarmos que o Jornalismo moderno estabeleceu suas bases no Século XIX, na predominância do pensamento positivista (Medina, 2008), pode-se considerar que tais modelos incorporaram preceitos fundamentais da Ciência Moderna.

Em *Um discurso sobre as Ciências*, Boaventura de Sousa Santos (2010), sublinha que a racionalidade, o experimentalismo e o rigor da lógica metodológica fizeram o homem moderno substituir sua fé no divino pela fé em sua inteligência e em suas próprias mãos. Nesse cenário, não só os centros de pesquisa, como qualquer organização – pública ou privada – têm procurado se equipar com os instrumentos criados pelas ciências. Seu braço operativo, a tecnologia, é símbolo do moderno, do atual, da eficiência.

Ao incorporar o primado da razão científica, a Imprensa adota em suas rotinas o uso de fontes confiáveis, fidedignas. Os manuais de redação acadêmicos atribuem alta relevância às fontes, uma vez que são essenciais ao trabalho jornalístico. Nilson Lage (2005), por exemplo, é cuidadoso ao tratar das fontes oficiais. Para ele, estas são tidas como confiáveis, pois os dados que propõem são tornados por verdadeiros. Alerta o autor, no entanto, que as fontes oficiais falseiam a realidade e o fazem para “[...] preservar interesses estratégicos e políticos duvidosos, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas de poder” (LAGE, 2005, p. 63). O luso-brasileiro Manuel Carlos Chaparro, em seus esforços para a compreensão sobre o tema, constata o que chama de “revolução das fontes”. Para o autor, houve um progressivo processo de capacitação das fontes, especialmente as que hoje ganham o status de oficiais, não só com a estruturação de assessorias bem equipadas como a preparação de pessoas que possam fazer a interlocução com a imprensa e com a sociedade (CHAPARRO, 2009). Em seus estudos, Aldo Schmitz (2011) faz amplo levantamento sintetizando o pensamento de vários autores sobre o tema e propõe categorizações. Ele adverte que grande parte desses autores observa que a imprensa alude às fontes oficiais alta confiabilidade e, por isso, conquista um caráter ao que chama de definidor primário.

Os manuais de redação das empresas jornalísticas não apontam as fontes oficiais, necessariamente, como preferenciais. O manual da Folha de S. Paulo, por exemplo, distingue as fontes em classes por ordem de importância. Para a Folha, a fonte “tipo um” é a pessoa que desfruta de respeito pelo seu histórico de confiabilidade. O que constatamos nesta pesquisa, no entanto, é que, na prática cotidiana, é usual essa distorção de recorrer prioritariamente às fontes oficiais e tê-las como definidores primários. Por quê? Pela nossa percepção, além de superestimar sua natureza de autoridade, a imprensa tem buscado as fontes oficiais porque, supostamente, estas dispõem de metodologias científicas para a investigação de fatos como o crime em questão o que, em tese, garantem o status de fontes confiáveis e fidedignas.

Sobre a recomposição dos acontecimentos, é interessante notar que, pelas reportagens analisadas, os veículos de comunicação acompanham fielmente os depoimentos e relatórios desses órgãos oficiais. Por isso mesmo, a sequência de matérias acompanha as contradições e controvérsias de tais relatórios, em alguns casos baseados em meras suposições. A dúvida sobre a morte do líder indígena ou a suspeita de que Nísio Gomes estaria vivo e refugiado no Paraguai foram algumas dessas especulações. Como ressalta Santos (2010), a fé na Ciência Moderna desprezou o senso comum num combate ideológico contra o irracionalismo do *ancien régime*, caracterizado como conhecimento superficial e ilusório. Para a imprensa, nesse caso, os testemunhos dos próprios indígenas parecem ser considerados senso comum. Ainda que estes tenham sido os únicos a presenciar o crime, suas vozes tiveram menor valor jornalístico – silenciamento.

A única reportagem em que os índios são ouvidos – “Após ataque, medo se mistura à persistência de índios em ficar na terra” (Campo Grande News) –, pode-se afirmar que os personagens deram respostas previsíveis a perguntas óbvias: medo e intenção de permanecer na terra.

Pelas fotografias que ilustram o conjunto das matérias, observa-se que as imagens revelam conotações negativas em relação aos indígenas como personagens, através de uma exploração excessiva do sofrimento e do medo do grupo que teve o acampamento atacado.

Ainda que as matérias mantenham outros princípios dos modelos jornalísticos, como efeitos de real, a objetividade como metodologia, clareza e exatidão do relato, a construção da metanarrativa (Motta, 2013) não consegue esconder uma questão de fundo – a questão

ideológica. O material analisado revela uma relação dominador-dominado. As relações de poder se estabelecem pela implementação de processos de categorização social, seja pela vigência de um sistema político, seja por imposição do conquistador sobre o conquistado ou por complexos artifícios de interculturalidade. A questão indígena tem sido tratada por alguns veículos de comunicação como um “problema”, uma “inconveniência” ou até um “transtorno”. Notadamente, esse “olhar” da mídia, que desprivilegia o indígena, se deve, entre outros fatores culturais, ao poder econômico do agronegócio no estado.

Esta relação de dominação, portanto, repercute no silenciamento da imprensa aos indígenas na forma da geração de ausências – da não existência do povo indígena.

### **3. Os porquês**

Em *Para além do pensamento abissal* (2010), o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos argumenta que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Este consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos. A divisão é tal que o “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente. Sua principal característica é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha, pois, para além da linha, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. Este salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções – civilizado/selvagem, rico/pobre, alta cultura/cultura popular, colonizador/colonizado.

Esta ideologia originária no eurocentrismo vigorou no processo de colonização de modo a naturalizar tais distinções, ao longo do tempo, mesmo depois da independência dos vários países latino-americanos, asiáticos ou africanos. O peruano Aníbal Quijano destaca que o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia (2010). Por isso mesmo, grande parte do povo brasileiro, colonizado e educado pelo ideário eurocentrista, preserva esse espírito do pensamento abissal.

Em outro estudo, Santos acrescenta que a geração de não-existência também é proporcionada pelo que chama de *Sociologia das ausências* (2002). Para ele, a racionalidade da Modernidade desenvolveu uma razão indolente. A indolência está em



impor ao todo o que é característica de uma das partes, ou seja, os interesses do homem ideal – europeu, branco, letrado, rico, dominador. Por isso, qualquer pessoa fora do padrão é invisível, não existe e, no caso do indígena brasileiro, não precisa ser ouvido.

Por outro lado, esta lógica, segundo Santos, determina uma série de monoculturas, a saber: do saber e do rigor do saber, do tempo linear, lógica da classificação social, lógica da escala dominante e lógica produtivista. A monocultura do *saber* enfatiza a primazia do saber científico e da alta cultura; despreza e desconsidera quaisquer outros saberes. A monocultura do *tempo linear* entende que a história tem uma direção única e conhecida, a do progresso, modernização, desenvolvimento e, por isso, os que não se adaptam representam o atraso. A lógica da *classificação social* se assenta na naturalização das diferenças e, assim, despreza e não reconhece o outro, o diferente. Já a lógica da *escala dominante* torna irrelevante qualquer outra escala; esta privilegia o global e o universal – as características e interesses locais são irrelevantes. Por último, a lógica *produtivista*, que se apoia na monocultura dos critérios de produtividade capitalista; nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve a esse objetivo.

Ora, quem é o indígena? Por esta racionalidade, o seu saber é “primitivo”, seu modo de vida não visa o “progresso”, é “atrasado”, é um ser “inferior e pouco sociável”, por isso “dominado” e “improdutivo”. Assim, é um inconveniente, irrelevante.

A primazia desta racionalidade sobre as elites econômicas (e políticas?) têm determinado o preconceito e a intolerância aos povos indígenas. E setores da imprensa têm reproduzido e amplificado um sem número de estereótipos associados à ignorância e à improdutividade do índio.

### **Considerações finais**

Como abordamos anteriormente, Mato Grosso do Sul abriga uma população de 2,5 milhões de habitantes num território de 357 mil km<sup>2</sup>. Sua base econômica está no agronegócio, o que proporciona comparações exóticas como dispor de mais de dez cabeças de gado por habitante. Em contraste, a população indígena de 60 mil representa 2,4% da população total

do estado. É pouco? Sim, pode parecer pouco, mas são seres humanos e não podem ser invisíveis, excluídos, inexistentes.

Alberto Dines, em *O papel do jornal*, publicado originalmente na década de 1970, já frisava:

O jornalista e o leitor fazem parte de um mesmo bolo social; são, em última análise, a mesma coisa. É por essa razão que não se pode dizer que a imprensa de determinado país ou região é ruim ou boa. Ela é reflexo e segmento da própria sociedade que a serve. (DINES, 2008, p. 73)

Se atentarmos para este ponto de vista, não é difícil imaginar que no contexto sul-mato-grossense setores da imprensa – seus editores e repórteres – repercutam em suas reportagens a cultura predominante inspirada na racionalidade aqui discutida. Por outro lado, não seria plausível aceitar que todos os jornalistas do estado pensem e ajam por essas lógicas aqui refletidas, mas é possível imaginar que sejam sujeitados a várias formas de constrangimentos. Assim também, é lícito acreditar que grande parte dos veículos de comunicação da região seja submetida e pressionada – através de acionistas, patrocinadores e anunciantes – pelo poder político e econômico dominante. Nesse sentido, o pensamento de Dines é perfeitamente cabível e nos ajuda a compreender o comportamento da imprensa no Caso Guaiviry.

Boaventura de Sousa Santos propõe como contraposição à Sociologia das ausências uma Sociologia cosmopolita (2002), pela qual se pode desenvolver um “trabalho de tradução”. Este constitui um esforço para desmascarar as mazelas proporcionadas por essa razão indolente e criar alternativas para a visibilidade e valorização das vítimas da não-existência. Criatividade. Esta passa pela reflexão, elevação consciência que possa se transformar em ações criativas para encontrar as brechas no sistema.

Como pesquisadores, nossa expectativa está na possibilidade de esta sociologia cosmopolita e o trabalho de tradução prosperarem entre jornalistas e acadêmicos (futuros profissionais). Que estes possam nos dar esperanças de que tantos invisíveis – como os povos indígenas – não sejam silenciados.

Vale ainda destacar que as primeiras audiências com os envolvidos no Caso Guaiviry aconteceram em 24 de novembro de 2014 – três anos após a morte de Nísio Gomes – e a previsão é de que o processo leve cerca de cinco anos.

## Referências

- BRAND, Antonio J. **O confinamento e seu impacto sobre os Paì-Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História). 1993. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. **O Impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá-guarani: os difíceis caminhos da palavra**. 1997. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Iniciação a uma teoria das fontes: Tipificação das fontes**. 2009. Disponível em: <[https://docs.google.com/file/d/0B-6cnp0Z1LwyYzIwYjYwOTEtMWY0OC00Y2JkLTk0YmMtMmNmZTljODM4NWNm/edit?hl=pt\\_BR](https://docs.google.com/file/d/0B-6cnp0Z1LwyYzIwYjYwOTEtMWY0OC00Y2JkLTk0YmMtMmNmZTljODM4NWNm/edit?hl=pt_BR)>. Acesso em: 15 jul 2015.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão do jornalista**. 9ed. São Paulo: Summus, 2008.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Disponível em <http://brasil500anos.ibge.gov.br/> . Acesso 15 jul 2015.
- FOLHA DE S.PAULO. **Manual de Redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.
- QUEIROZ, Tatiane Karina Barbosa de. **Discursos e sentidos da cobertura jornalística: “O caso Guaiviry em Mato Grosso do Sul”**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos de Linguagens. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social *in* SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais à uma ecologia dos saberes *in* SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002: 237-280. Disponível em <http://rccs.revues.org/1285> , acesso 15 jul 2013.
- SCHMITZ, Aldo A. Classificação das fontes de notícias. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. Universidade da Beira Interior, 2011. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2015.

## Reportagens consultadas:

- ARRUDA, Fabiano. **MPF investiga atentado contra acampamento indígena em Amambai**. Campo Grande News, 18 nov 2011. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/mpf-investiga-atentado-contra-acampamento-indigena-em-amambai> . Acesso 15 jul 2015.

MACIULEVICIUS, Paula; CASTRO, Nadyenka. **Após ataque, medo se mistura à persistência de índios em ficar na terra.** Campo Grande News, 24 nov 2011. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/apos-ataque-medo-se-mistura-a-persistencia-de-indios-em-ficar-na-terra> . Acesso 15 jul 2015.

FERREIRA, Marta. **Dois meses após ataque, suspeita é que Nísio está vivo e no Paraguai.** Campo Grande News, 18 jan 2012. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/dois-meses-apos-ataque-suspeita-e-que-nisio-esta-vivo-e-no-paraguai> . Acesso 15 jul 2015.

G1 MS. **Polícia investiga ataque contra índios em acampamento no sul de MS.** 18 nov 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/11/policia-investiga-ataque-contra-indios-em-acampamento-no-sul-de-ms.html>. Acesso 15 jul 2015.

G1 MS. **Relatório não confirma morte de cacique em ataque, diz Polícia Federal.** 21 dez 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/12/laudo-nao-confirma-morte-de-cacique-ferido-em-ataque-diz-policia-federal.html> . Acesso 15 jul 2015.

G1 MS. **MPF denuncia 19 pessoas por morte de cacique em acampamento em MS.** 26 nov 2012. Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2012/11/mpf-denuncia-19-pessoas-por-morte-de-cacique-em-acampamento-em-ms.html> Acesso 15 jul 2015.

ANGELO, Claudio. **Líder indígena é assassinado por pistoleiros encapuzados em MS.** Folha Online. 18 nov 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/11/1008593-lider-indigena-e-assassinado-por-pistoleiros-encapuzados-em-ms.shtml>. Acesso 15 jul 2015.

STRUK, Jean-Philip. **PF diz que índios foram atacados com balas de borracha.** Folha Online. 11 nov 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/11/1010332-pf-diz-que-indios-foram-atacados-em-ms-com-balas-de-borracha.shtml> . Acesso 15 jul 2015.

COSTA, Sílvia. **PF considera homicídio desaparecimento de índio em MS.** Folha Online. 4 jul 2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/07/1114915-pf-considera-homicidio-desaparecimento-de-indio-em-ms.shtml> . Acesso 15 jul 2015.

### **Instituições consultadas:**

Cimi – Conselho Indigenista Missionário. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/> .

Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. Informações sobre o PIB agropecuário disponível em: [http://famasul.com.br/assessoria\\_interna/pib-agropecuario-de-ms-chega-a-r-15-bilhoes-em-2015-projeta-famasul/31605/](http://famasul.com.br/assessoria_interna/pib-agropecuario-de-ms-chega-a-r-15-bilhoes-em-2015-projeta-famasul/31605/) . Acesso 15 jul 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados sobre as populações indígenas disponíveis em: [http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf) . Acesso 15 jul 2015.